

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

TENDÊNCIAS/DEBATES

Ministério da Defesa, uma teoria

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Ao analisar a emenda constitucional nº 23/99, que criou o Ministério da Defesa, nos "Comentários à Constituição do Brasil", em 15 volumes, que Celso Bastos e eu editamos pela editora Saraiva, considerei um equívoco sua instituição por tratar-se de um cargo a ser ocupado por civis, não técnicos, com a função de dirigir pastas essencialmente técnicas.

A crise política que derrubou o ministro Elcio Alvares, bom advogado e leal servidor do presidente Fernando Henrique Cardoso, sem consistência fática ou fundamento administrativo, assim como a pressão do Ministério Público que sofre o novo ministro Geraldo Quintão, também hábil advogado e que, a exemplo de seu antecessor, não é um técnico em assuntos militares, de certa forma confirma a desnecessária politização de uma área técnica, não política, que está à disposição da nação para auxiliar o presidente.

O ministro da Defesa, de longe, é o que menos entende, na cúpula do ministério, dos assuntos pertinentes à pasta que deve administrar. E é o mais vulnerável dos ministros, pois desprovido de conhecimentos específicos acerca das Três Armas, cujos comandantes chegaram a seus postos depois de árdua carreira, totalmente dedicada aos assuntos que lhes são pertinentes.

Tenho para mim que sua criação, entretanto, agradou a dois pólos opostos de pensamento político. De início agradou à esquerda, ainda traumatizada pelos acontecimentos da Revolução de 64, que não percebeu que o perfil do militar brasileiro de 1999 é diferente daquele de 1964.

Antes acreditavam os membros das Forças Armadas que sua função era velar pela democracia e nela interferir, se desvios estivessem ocorrendo na sua condução. Daí, em face do caos provocado pelo governo Jango, a intervenção de 64, cuja longa duração serviu também de dura lição para os dirigentes das Três Armas.

Hoje têm os militares perfeita noção de que a democracia é feita pelos civis e de que são eles que devem encontrar os caminhos corretivos dos problemas nacionais, cabendo-lhes a função de integrar a pátria e defendê-la contra as pretensões diretas e indiretas de outras nações.

Houve sensível mudança da doutrina de segurança nacional que a esquerda brasileira ainda não percebeu, razão pela qual lutou pela redução da importância dos militares, com a criação do Ministério da Defesa e a entrega de sua

direção a civis. Tal quadro é do agrado dessa corrente política brasileira.

Agradou também aos americanos, que há muito demonstravam certo descontentamento com a posição nacionalista dos militares brasileiros na defesa do território e da soberania contra indevidas pressões dos países desenvolvidos, principalmente dos EUA.

Os americanos gostariam de intervir na soberania brasileira em dois pontos: no combate ao narcotráfico, preten-

dendo que essa luta fosse dirigida por eles, e não por nós, e no controle da Amazônia, a título de preservação ambiental, em face da pretensa incapacidade brasileira de preservar essa vastidão florestal por falta de recursos.

Nitidamente tais formas de intervenção teriam de ser negociadas,

embora depois de Kosovo e da destruição das "fábricas de armas químicas" do Sudão, que inexistiam, tudo seja possível para os políticos americanos, o que não seria fácil com os que têm como missão a proteção do território nacional.

A Folha publicou, no início do ano, entrevista com autoridade dos EUA encarregada de combate ao narcotráfico que criticou os dirigentes brasileiros por não deixarem invadir seu território como fizeram na Colômbia, declarando que isso poderia prejudicar possível colaboração econômica maior dos

EUA para o Brasil.

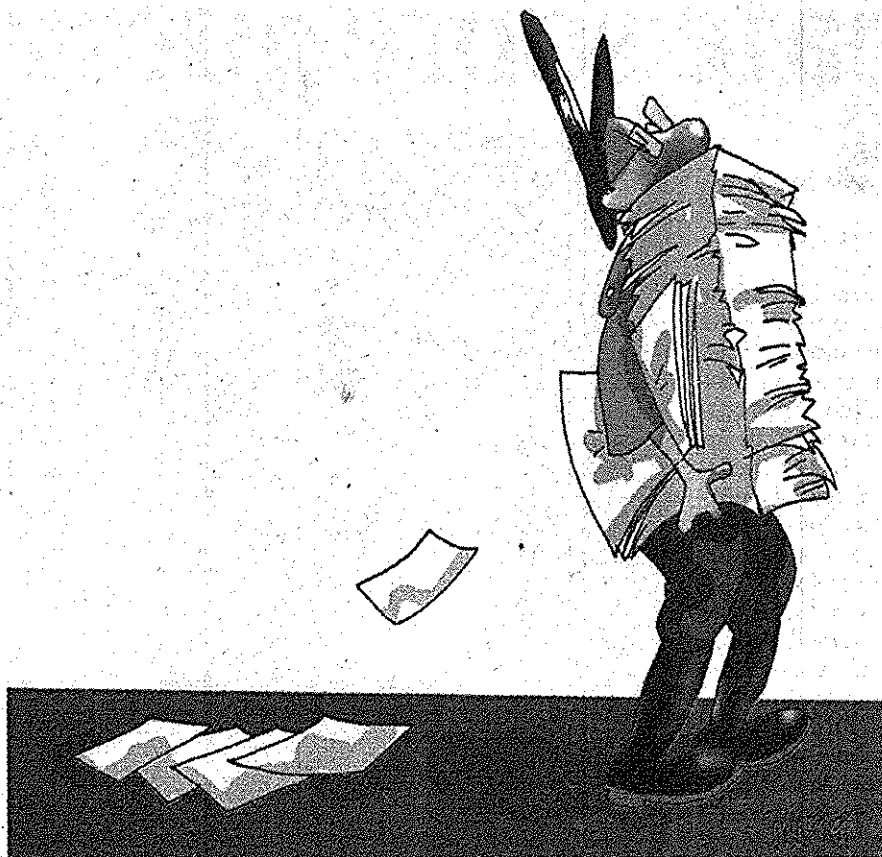
Em 1991 participei de um seminário na Alemanha com Roberto Campos e Francisco Rezek, em que o tema ambiental foi tratado como se a Amazônia não fosse brasileira, mas do mundo, o que exigiu duras intervenções dos três sobre o conceito de soberania e a impossibilidade de qualquer solução não-negociada de apoio à preservação ambiental.

No momento em que o Brasil é mais dependente do controle externo, subordinado à dura política de recuperação monetária e controle do FMI, os temas parecem voltar à baila.

À evidência, a luta dos ministros militares de intransigente defesa da soberania e de rejeição à teoria americana de "direito de ingerência" torna-se mais frágil quando perdem o status de ministros para serem, apenas, comandantes subordinados a um ministro da Defesa civil, de poucos conhecimentos sobre problemas militares.

Tenho para mim que a criação do Ministério da Defesa foi um equívoco que agradou à esquerda e aos EUA, pois atingiu o objetivo de ambos de enfraquecer a força dos militares brasileiros, cujo perfil atual é diferente daquele de 30 anos atrás.

Ives Gandra da Silva Martins, 64, advogado tributarista, é professor emérito da Universidade Mackenzie e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e presidente da Academia Internacional de Direito e Economia e do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.



Houve mudança da doutrina de segurança nacional que a esquerda ainda não percebeu